

A CRISE E A MUDANÇA

por Mário Soares

Em Portugal os meios de comunicação social, sem excepção, só se têm interessado, até à exaustão, nos últimos dias, por um assunto, dito impropriamente de Estado, mas que, até agora, só respeita à Justiça – e quando ela vier a decidir se é ou não o caso (e ainda o não disse). Foi, pelo menos, o que se concluiu das intervenções que o senhor Procurador-Geral da República e a senhora procuradora dr.^a Cândida de Almeida, extremamente prudentes, ambos, fizeram ver aos portugueses. Já se tinha aberto, então, a avalanche, que não se sabe quem provocou, dos comentários, das hipóteses, das opiniões, dos palpites, das previsões possíveis, que só serviram para espalhar a confusão, as suspeitas, sem qualquer fundamento, o mal-estar colectivo e a banalização do acontecido. Sucedeu isto num momento particular de crise global, quando há problemas muito difíceis a resolver, que nos atingem a todos, e, por isso, se impunha serenidade, bom senso e prudência, para dominar a crise, que veio de fora, mas que, infelizmente, só está ainda a começar...

Pela minha parte, caros leitores, não serei eu que deitarei uma acha sequer para essa fogueira, que se iniciou não se sabe como nem de onde partiu, repito, e que tem ocupado, quase à força, através das televisões, das rádios e do resto da comunicação, muitos portugueses que querem, legitimamente, saber o que se passa. Infelizmente, não ficam informados, com notícias tão contraditórias, nem optimistas, e tendem, porventura, a pensar que a democracia também está em crise... Quando não está. As instituições funcionam. Haja, pois, prudência!

Os problemas que se põem a Portugal – menos graves, talvez, do que a outros países europeus, como à nossa vizinha Espanha, à Islândia e à Irlanda –, são essencialmente e por ordem de importância: o desemprego, que não pára de crescer (embora o da Espanha seja quase o dobro do português); as falências de muitas pequenas e médias empresas; a consequente pobreza, com muitas pessoas, sobretudo idosas, a passarem muito mal; a falta de crédito externo, em virtude de o défice externo ter, neste processo, voltado a subir acima dos 3% do PIB; e a perda de credibilidade moral dos gestores privados e públicos, que não podem ficar impunes. Tudo isto conjugado com uma relativa falta de estratégia, para atacar a crise, sem ser de uma forma casuística.

Por outro lado, como nos outros países europeus, não parece que os nossos responsáveis políticos tenham compreendido ainda que estamos no início de uma nova era, como disse Obama, em que é indispensável mudar as concepções herdadas do passado neoliberal, economicista, próprias do «capitalismo de casino», que faliu clamorosamente. Se assim não for, a crise continua e tem tendência a agravar-se. Há, pois, que acabar com os paraísos fiscais, com a imoralidade nas empresas, com os negócios virtuais, com a ostentação das fortunas, face à pobreza dominante. A mão invisível do mercado foi um mito, como agora se provou, que a crise desfez...

Precisamos de um capitalismo ético, com valores, orientado por Estados de Direito, que obviamente respeitem o mercado, mas que lhes imponham regras, que o regulamentem. É essa conversão que se vai dar, necessariamente, pelo menos no mundo que antigamente se chamava livre, com alguma impropriedade, diga-se. O mundo em que Portugal se insere e ao qual deverá pertencer também – para seu benefício – todo o importante espaço da Lusofonia. O espaço das democracias, que é indispensável que deixem de ser plutocráticas, que tenham valores e comportamentos éticos, dimensões sociais fortes e ambientais, as únicas capazes de assegurar o necessário desenvolvimento sustentável. Não há tempo a perder...

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2009